



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

03º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE SÃO GONÇALO, com competência em matéria cível e criminal.

Juíza Federal Titular: Dr^a. TERESA ÂNGELA BEZERRA DE MENEZES E SOUSA

Juiz Federal Substituto: Dr. RICARDO LEVY MARTINS

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 18 até 22 de abril de 2016, a correição ordinária eletrônica do 3º Juizado Especial federal de São Gonçalo, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento da Meta 01/2015 do CNJ.
2. Observar o prazo de intimação de despachos, decisões e sentenças, previsto no art. 181 da CNCR, tendo em vista o excessivo intervalo verificado na planilha Apolo-Excel “Intimados”.
3. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido.
4. Efetuar a imediata conclusão dos processos ao juiz, após a juntada de petições/cumprimento de diligências.
5. Nas próximas correições, responder satisfatoriamente ao questionário pré-correição, atentando especialmente para os tópicos de livros e pastas obrigatórios.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

6. Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão já tenha cessado, ou tenha sido cadastrado equivocadamente.

7. Observar a correta classificação das próximas sentenças proferidas, em especial as consideradas de fundamentação individualizada. Evitar, ainda, a classificação como “vazias”, cadastrando corretamente o tipo de sentença proferida.

8. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.

9. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo.

10. Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens constritos/penhorados, preenchendo as informações necessárias.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme o Ofício n.º 2616/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 03/03/2016, e Portarias PR-RJ n.º 286 e 287/2016, o Procurador da República Dr. Thiago Simão Miller foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição ordinária eletrônica, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente ou apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11 - DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dr^a. TERESA ÂNGELA BEZERRA DE MENEZES E SOUSA, em exercício desde 07 de janeiro de 2014.

. Substituto: Dr. RICARDO LEVY MARTINS, em exercício desde 25 de maio de 2015.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 14

Total de Servidores lotados na Vara: 14

Analistas Judiciários: 01

Técnicos Judiciários: 11

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 02



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

➔ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Correição junho/2014		abril/2016	
	Cível	Crim.	Cível	Crim.
Total	1.947	01	2.795	5
Suspensos	267	00	645	00
Ag. julga. recurso	00	00	00	00
Tramita. ajustada	1.680	01	2.150	05
Total Geral (Em tramitação)	1.681		2.155	

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em junho/2014 e Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao período de 04/2015 a 03/2016, extraídos em 14/04/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/04/2015 até 31/03/2016):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	5.452	63,02	13
Decisão	1.400	16,18	16
Sentença	1.799	20,80	46
Total Geral	8.651	100,00	20

Mapas: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de abril/2016. Planilha Apolo Excel – Intimados, extraída em 12/04/2016.

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

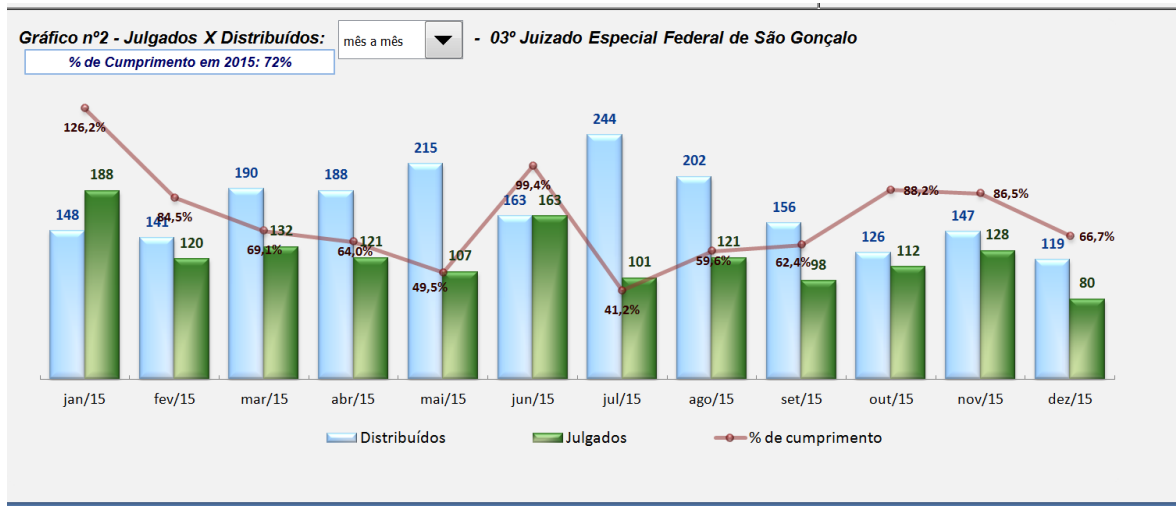
I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 13/05/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 72%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 12/04/2016.

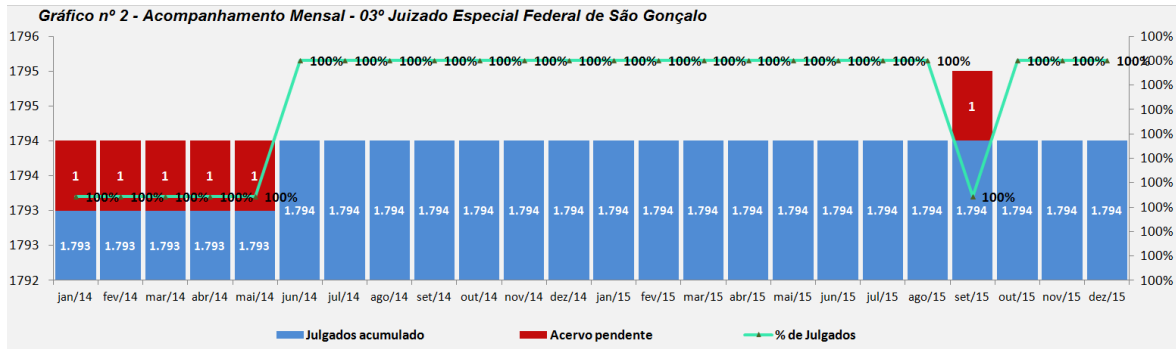
II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 100%**, como ilustra o quadro a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 12/04/2016.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

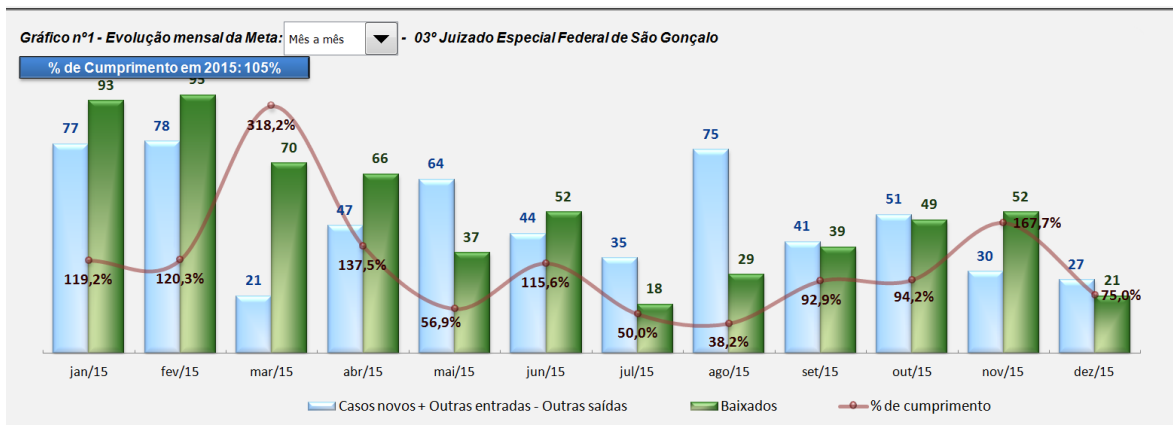


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 12/04/2016, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 105%**, como ilustra o gráfico a seguir:



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica.

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

→ AUDIÊNCIAS (DE 04/2015 A 31/03/2016)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: Aproximadamente 352 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 06/04/2015 e a última de 29/03/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e Questionário pré correição.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS

1. INICIAIS
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Há os seguintes locais virtuais para as iniciais:

- Grupo A – Analise Inicial – 00 processo.
- Grupo B – Analise Inicial – 00 processo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o questionário pré-correição:

“Há processos distribuídos aguardando o despacho inicial. A Supervisoras dos Grupos A e B fazem triagem no balcão de Secretaria, diariamente, e em diversos momentos do dia, sobretudo, nos horários de início e fim do expediente (11:00h-12:00h, 17:00h e 19:00h), para verificação dos pedidos de tutela de urgência.

Além disso, foi solicitado ao Supervisor do Setor de Distribuição que, na medida do possível, informe a Secretaria, por meio de mensagem eletrônica ou ligação telefônica, a respeito da distribuição de eventuais ações com pedido de urgência de saúde: internação, exames e fornecimento de medicamento. A rotina tem sido atendida pelo setor e a abertura de conclusão nesses feitos tem sido imediata.

No tocante aos processos recém distribuídos, sem pedido de tutela de saúde, a análise e abertura de conclusão têm sido feitas em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, sendo enviados aos escaninhos dos magistrados, conforme numeração par ou ímpar.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 18/04/2016, às 12:34h, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

2. BALCÃO DE ENTRADA

09 Documentos, sendo o mais antigo o processo nº 0051086-75.2016.4.02.5167, com data de entrada de 15/04/2016.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 18/04/2016, às 12:30h.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Segundo o questionário pré-correição, entregue pelo juízo correicionado:

“Diariamente, as Supervisoras dos Grupos A e B acessam o balcão de entrada e fazem a análise da prevenção, certificando nos autos. Simultaneamente, abrem conclusão para despacho e inserem minuta de despacho, enviando os autos aos escaninhos dos magistrados para conferência e assinatura”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2016/03561, de 08/04/16, realizada no período de abril/15 a abril/16.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	13/04/2016
Conclusão até	13/02/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	60	48,39
Decisão	27	21,77
Sentença	37	29,84
Total Geral	124	100,00

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS:

00001522120134025167 – Concluso há 259 dias, com minuta no Apolo.
01015423420134025167 – Concluso há 272 dias, com minuta no Apolo.
00027911720104025167 – Concluso há 232 dias, com minuta no Apolo.
00334105120154025167 – Concluso há 254 dias, com minuta no Apolo.
00613725020154025102 – Concluso há 253 dias. Conclusão alterada para sentença Tipo C em 14/04/2016, com minuta não Apolo.

b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS:

01677584020144025167 – Concluso há 254 dias, com minuta no Apolo.
00018867520114025167 – Concluso há 247 dias, com minuta no Apolo.
00034825020114025117 – Concluso há 237 dias, com minuta no Apolo.
01360948820144025167 – Concluso há 231 dias, com minuta no Apolo.
00002007720134025167 – Concluso há 224 dias, com minuta no Apolo.

c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS:

00523744820154025117 – Concluso há 273 dias, com minuta no Apolo.
00549909320154025117 – Concluso há 254 dias, com minuta no Apolo.
01476119020144025167 – Concluso há 246 dias, com minuta no Apolo.
00003347020144025167 – Concluso há 239 dias, com minuta no Apolo.
00024565620144025167 – Concluso há 230 dias, com minuta no Apolo.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 15/04/2016.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Posição em	13/04/2016
Último Movimento até	11/04/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	94	76,42
Mais de 60	29	23,58
Total Geral	123	100,00

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

a. ENTRE 31 E 60 DIAS:

05009123920154025167 – Parado há 58 dias. Último movimento foi juntada em 15/02/2016.

00022373320134025117 – Parado há 58 dias. Último movimento foi juntada em 15/02/2016.

00236351220154025167 – Parado há 57 dias. Último movimento foi devolução de remessa em 16/02/2016.

00005827020134025167 – Parado há 57 dias. Último movimento foi reativação de baixa em 16/02/2016.

00013635820144025167 – Parado há 56 dias. Último movimento foi devolução de remessa em 17/02/2016.

b. HÁ MAIS DE 60 DIAS:

01486689420144025151 – Parado há 215 dias. Último movimento foi intimação de decisão por registro no sistema em 11/09/2015.

00000970720124025167 – Parado há 191 dias. Último movimento foi Movimentação Cartorária tipo Expedir Precatório/RPV em 05/10/2015.

00001793820124025167 – Parado há 162 dias. Último movimento foi devolução de remessa em 03/11/2015.

00005688620134025167 - Parado há 162 dias. Último movimento foi devolução de remessa em 03/11/2015.

00021940920144025167 - Parado há 162 dias. Último movimento foi devolução de remessa em 03/11/2015. Suspenso em 14/04/2016, diante da decisão de 16/04/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 12/04/2016.**

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Arts. 180 e 318 da CNCR)

Aguardando juntada, em 12/04/2015, 13 documentos, sendo o mais antigo de dezembro/2013, referente ao processo n.º 0002825-84.2006.4.02.51.17.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 12/04/2016.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existem locais virtuais:

Grupo A – Prazo: Existem 92 documentos, sendo o mais antigo de 20/02/2016.

Grupo B – Prazo: Existem 138 documentos, sendo o mais antigo de 17/03/2016.

Grupo C – Prazo: Existem 23 documentos, sendo o mais antigo de 28/03/2016.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 18/04/2016, às 12:48h.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Existem/não existem locais virtuais:

Diretor Solicitar honorários após sentença: Existem 12 documentos, sendo o mais antigo de 31/03/2016.

Grupo A – Expedir Telex Telefonar Enviar email: Existem 06 documentos, sendo o mais antigo de 11/04/2016.

Grupo A – Expedir Mandado Ofício Carta Alvará: Existem 24 documentos, sendo o mais antigo de 14/04/2016.

Grupo A – Expedir RPV Precatório: Existem 28 documentos, sendo o mais antigo de 08/03/2016.

Grupo B – Expedir Telex Telefonar Enviar email: Existem 03 documentos, sendo o mais antigo de 12/04/2016.

Grupo B – Expedir Mandado Ofício Carta Alvará: Existem 29 documentos, sendo o mais antigo de 12/04/2016.

Grupo B – Expedir RPV Precatório: Existem 19 documentos, sendo o mais antigo de 17/03/2016.

Grupo C – solicitar honorários perito: Existem 02 documentos, sendo o mais antigo de 01/04/2016.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.
– Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 18/04/2016, às 13:04h.

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 e seguintes da CNCR)

Posição em	12/04/2016
------------	------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	0
Total Geral	0

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 12/04/2016.**

10. PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	04/2015 a 03/2016
	Processos	7.232
	Boletins	268
	Média (Proc. / Bol.)	26,99
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,88

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 12/04/2016.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **332** processos com prazo vencido, sendo os mais antigos por destino:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0026816-21.2015.4.02.5167	AUTOR	11/03/2016	21/03/2016	22
0003206-58.2014.4.02.5167	MPF	16/12/2015	18/01/2016	85
0004077-59.2012.4.02.5167	AGU	12/01/2016	27/01/2016	76
0088366-17.2015.4.02.5167	PFN	05/02/2016	24/02/2016	48
0149316-89.2015.4.02.5167	CEF	14/12/2015	02/02/2016	70
0001006-78.2014.4.02.5167	PGE	21/03/2016	04/04/2016	08
0149316-89.2015.4.02.5167	ECT	14/12/2015	05/02/2016	67
0500695-93.2015.4.02.5167	INSS	17/09/2015	20/10/2015	175
0001443-80.2011.4.02.5117	MP - Criminal	26/06/2011	23/07/2012	1.359
0037311-27.2015.4.02.5167	INSS - EADJ	25/11/2015	25/01/2016	78

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 12/04/2016, vencidos e não devolvidos até 13/04/2016.

12.SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS

a) Total de processos suspensos (em 12/04/2016): 536

. Cíveis: 536

. Criminais: 00

b) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CÍVEL:

a) Aguarda decisão de instância superior: 482

01066553220144025167 – Decisão em 27/02/2014, determinando a suspensão do feito nos termos da decisão no REsp 1.381.683, conforme previsão do art. 543-C da lei nº 11.672/08. **Equivocadamente cadastrada como “aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

00040348820134025167 - Decisão em 12/03/2014, determinando a suspensão do feito nos termos da decisão no REsp 1.381.683, conforme previsão do art. 543-C da lei nº 11.672/08. **Equivocadamente cadastrada como “aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

00006248520144025167 - Decisão em 21/03/2014, determinando a suspensão do feito nos termos da decisão no REsp 1.381.683, conforme previsão do art. 543-C da lei nº 11.672/08. **Equivocadamente cadastrada como “aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

01086057620144025167 - Decisão em 14/03/2014, determinando a suspensão do feito nos termos da decisão no REsp 1.381.683, conforme previsão do art. 543-C da lei nº 11.672/08. **Equivocadamente cadastrada como “aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

01199711520144025167 - Decisão em 09/05/2014, determinando a suspensão do feito nos termos da decisão no REsp 1.381.683, conforme previsão do art. 543-C da lei nº 11.672/08. **Equivocadamente cadastrada como “aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

b) Cumprimento Precatório/RPV: 27

00024527720114025117 – Ato ordinatório de 02/12/2015, dando ciência à parte autora acerca do depósito da RPV e determinando a baixa e arquivamento dos autos. **S. m. j., não subsiste motivo para a referida suspensão.**

01051645820124025167 – Suspenso desde 29/03/2016, **sem que, s. m. j. tenha sido localizada determinação para tal.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00035945820144025167 – Determinada a suspensão do feito pela decisão de 19/01/2016, até efetivação dos depósitos das RPVs.

00299981520154025167 - Suspenso desde 01/04/2016, **sem que, s. m. j. tenha sido localizada determinação para tal.**

05000247020154025167 - Determinada a suspensão do feito pela decisão de 12/11/2015, até efetivação dos depósitos das RPVs.

c) Outros – fase de conhecimento: 09

00040235920134025167 - Decisão em 12/03/2014, determinando a suspensão do feito nos termos da decisão no REsp 1.381.683, conforme previsão do art. 543-C da lei nº 11.672/08. **Equivocadamente cadastrada como “Outros – fase de conhecimento”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

01002022120144025167 - Decisão em 06/03/2014, determinando a suspensão do feito nos termos da decisão no REsp 1.381.683, conforme previsão do art. 543-C da lei nº 11.672/08. **Equivocadamente cadastrada como “Outros – fase de conhecimento”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

01256228120144025117 - Decisão em 20/05/2014, determinando a suspensão do feito nos termos da decisão no REsp 1.381.683, conforme previsão do art. 543-C da lei nº 11.672/08. **Equivocadamente cadastrada como “Outros – fase de conhecimento”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

01099784520144025167 – Decisão em 11/02/2016, determinando a suspensão do feito pelo prazo de 60 dias, a fim de que a parte autora regularize sua representação processual.

d) Outros – fase /processo de execução: 18

00035377920104025167 – Reativado da suspensão em 12/04/2016.

00363716220154025167 - Suspenso desde 18/11/2015, **sem que, s. m. j. tenha sido localizada determinação para tal.**

00031338620144025167 - Suspenso desde 05/02/2016, **sem que, s. m. j. tenha sido localizada determinação para tal.**

01000220520144025167 - Suspenso desde 05/11/2015, **sem que, s. m. j. tenha sido localizada determinação para tal.**

05002698120154025167 - Suspenso desde 05/11/2015, **sem que, s. m. j. tenha sido localizada determinação para tal.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 12/04/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 15/04/2016.**

13. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.799

1. PROCESSOS PARES: 1.007

- a. Assistência judiciária gratuita deferida: 02
- b. Convertidas em diligência: 87
- c. Declinada a competência: 01
- d. Determinada a intimação: 01
- e. Embargos de declaração: 04
- f. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação homologada: 05
 - ii. Improcedente: 93
 - iii. Improcedente – dispensada citação: 03
 - iv. Procedente: 18
 - v. Procedente em parte: 83
 - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 03
- g. Sem resolução de mérito:
 - i. Sem resolução de mérito: 14
 - ii. Extinto por ausência de pressupostos processuais: 01
 - iii. Indeferimento da inicial: 02
- h. **Vazias: 690**

2. PROCESSOS ÍMPARES: 792

- a. Convertidas em diligência: 77



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- b. Embargos de declaração: 03
- c. Extinção da punibilidade – transação/cumprimento: 01
- d. Declinada a competência: 01
- e. Determina a citação: 01
- f. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação: 03
 - ii. Improcedente: 53
 - iii. Procedente: 12
 - iv. Procedente em parte: 75
 - v. Reconhecida prescrição/decadência: 01
 - vi. Procedente em parte com tutela deferida: 01
- g. Sem resolução de mérito:
 - i. Sem resolução de mérito: 04
 - ii. Desistência da ação: 01
- h. **Vazias: 559**

14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada): 760



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0003576-90.2014.4.02.5117
0086365-59.2015.4.02.5167
0500626-61.2015.4.02.5167

As seguintes sentenças, classificadas como tipo A, **s.m.j., deveriam ter sido classificadas como tipo B2, como se vê a seguir (textos em anexo ao final do relatório):**

0001477-02.2011.4.02.5167 – Trata de pedido de incorporação de valores denominados de “quintos” de funções comissionadas, chefia, assessoramento ou cargo de natureza especial alusivos ao período de 04/04/1998 a 05/09/2001 a que se referem os art. 3º e 10º da Lei n. 8.911/94 e o art. 3º da Lei n. 9.624/98, transformados em vantagem nominalmente identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei n. 8.112/90, inserto por meio da MP n. 2.225-45/2001.

0002488-61.2014.4.02.5167 – Trata de pedido de restabelecimento do benefício de auxílio-doença e sua posterior conversão em aposentadoria por invalidez, além do pagamento das prestações previdenciárias de auxílio-doença, devidas desde o requerimento administrativo do benefício.

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas): 235

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0001915-23.2014.4.02.5167
0006278-67.2015.4.02.5151

As seguintes sentenças, apesar de corretamente classificadas no sistema Apolo, no corpo da sentença são designadas apenas como “Tipo B”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Contudo, é de se observar que existem dois subtipos de sentenças “B”, pelo que deve ser especificado o “Tipo B2” no corpo das referidas sentença.

0037592-80.2015.4.02.5167
0022111-77.2015.4.02.5167
0047524-92.2015.4.02.5167

3. Sentenças tipo B-1 (sentenças homologatória de acordo): 148

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0127559-39.2015.4.02.5167
0500054-08.2015.4.02.5167
0002490-31.2014.4.02.5167
0009978-03.2015.4.02.5167
0169888-03.2014.4.02.5167

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito): 173

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0142684-51.2015.4.02.5101
0500754-81.2015.4.02.5167
0003790-28.2014.4.02.5167
0001762-87.2014.4.02.5167
0002112-75.2014.4.02.5167

5. Sentenças tipo E-1 (extintivas de punibilidade - art. 107, CP): 01

A seguinte sentença, apesar de corretamente classificada no sistema Apolo, no corpo da sentença são designadas apenas como “Tipo E”. **Contudo, é de se**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

observar que existem dois subtipos de sentenças “E”, pelo que deve ser especificado o “Tipo E1” no corpo das referidas sentença.

0002105-20.2013.4.02.5167

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 12/04/2016.**

**15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR):**

De acordo com o questionário pré-correição:

“Este 3º Juizado Especial Federal de São Gonçalo tem grande atuação previdenciária, com notável parcela dos feitos relativos à concessão de benefícios, a maioria por incapacidade. Foi aventado pela Juíza Titular a possibilidade de editar-se portaria que autorize os servidores a cadastrar a situação de prioridade idoso, por ocasião da análise da inicial, independentemente de despacho, para permitir o cumprimento da prioridade legal (art. 71 da Lei nº 10.741/2003 c/c art. 1048 do Código de Processo Civil de 2015).”

16. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Segundo o questionário pré-correição:

“As conclusões para sentença são abertas na Secretaria, e as Supervisoras têm a atribuição de enviarem os processos ao gabinete para o escaninho GABINETE PARA SENTENÇA, onde fica aguardando a triagem por parte da Oficial de Gabinete, que distribui os processos entre os servidores que atuam no gabinete na confecção de minutas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Excepcionalmente, em caso de dúvida sobre a situação do processo (se maduro ou não para sentença), alguns processos são remetidos sem abertura para conclusão, até que recebamos a orientação por parte da Oficial de Gabinete. Os servidores responsáveis pela confecção de minutas de decisões e sentenças atuam prioritariamente em função da matéria envolvida (divisão por matérias) e em seguida são encaminhados para as mesas de conferência de minutas dos Juízes. A Juíza Titular mantém um escaninho específico – MESA DRA TERESA PARA SENTENCIAR, no qual ela própria localiza os processos, e de onde esses são retirados prioritariamente, por ordem de conclusão, na forma explicitada no item 3.3.3, desde a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil.”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.

17.EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

Fase 18:

				Trâmite	Suspenso	Recurso Turma Recursal	Recurs o TRF-2	Total
Processos	03º Juizado Especial Federal de São Gonçalo	Com Sentença	Informada	548	39	4		591
			Não Informada	207	4	1231	31	1473
	Sem Sentença	Informada	2				2	
		Não Informada	1514	489			2003	
		Natureza Executória	1				1	
	Total			2272	532	1235	31	4070

Regularizar o lançamento da fase 18 nos 548 processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 12/04/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**18. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 01/04/2015 a 31/03/2016).
(Art. 217, II, da CNCR)**

- a. Total de requisições: 895
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 220 dias.

- RPV's:

- . Cadastrados: 883
- . Enviados: 588

- Precatórios (Parcela única):

- . Cadastrados: 12
- . Enviados: 01

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 12/04/2016

**→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

De acordo com o questionário pré-correição:

“3.4. Acervo: número de processos em tramitação na Vara/Juizado, no mês do levantamento, desconsiderando os suspensos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(...)

3.4.2. Na fase de execução, por classe: (artigos 333 e 334 da CNCR):

(...)

g) Cadastramento de Bens Constritos (artigos 356 a 358 da CNCR) - Não se aplica ao Juizado.”.

Em que pese a informação apresentada no questionário pré-correição, **em análise dos dados extraídos do mapa Apolo de Bens penhorados, observa-se a existência de um processo com bem constrito.**

Total de processos com bens penhorados: 01

Processo: 0002629-17.2006.4.02.5117

Executado: ROSANGELA MORAES SERPA

Data da Penhora: 20/11/2006

Tipo do Bem: Automóvel

Marca/Modelo: Fiat/Prêmio C5

Ano: 1990

Valor do Bem: R\$ 6.500,00

Valor do Débito: R\$ 27.905,62

Vara: 03 JEF-SG

Mandado: MAN.1701.000808-4/20

Quantidade de Bens diferentes: 1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Trata-se de execução por título extrajudicial. Sentença em 13/06/2011, extinguindo o feito sem resolução do mérito, diante da renegociação pactuada na esfera administrativa. Despacho em 20/01/2012, informando que houve a liberação da penhora incidente sobre o veículo, determinando a baixa e o arquivamento dos autos, que ocorreu em março de 2012. **Necessário, s.m.j., atualizar o cadastro do bem, já liberado da penhora.**

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 12/04/2016, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até 15/04/2016.

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)

Total de acautelamentos/apreensões: 18

Não foram analisados os processos, nos termos do art. 242, § 1º, da CNCR, pois não constam da listagem quaisquer bens que possuam conteúdo econômico, ou que sejam passíveis de perdimento ou expropriação, nem tampouco de utilização restrita ou proibida.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo, **posição até 12/04/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(ART. 147 a 151 CNCR)**

Observação: Não há dados a relatar, tendo em vista que não constam informações suficientes no questionário pré-correição, e a Inspeção Anual do juízo correicionado foi marcada para data posterior à da correição (09 a 13 de maio de 2016, cf. JFRJ-EDT-2015/00183).

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

“O 3º Juizado Especial Federal de São Gonçalo está instalado no 13º pavimento do edifício nº 1000, da Rua Coronel Serrado, bairro – Zé Garoto, no Município de São Gonçalo – Estado do Rio de Janeiro.

As dependências: Gabinetes dos magistrados, Secretaria, Apoio aos gabinetes e sala de audiência são confortáveis e providas do mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento da Vara.

Sobre o prédio e suas instalações, fazemos os seguintes comentários:

· O Juizado cumpre orientação da Direção da Subseção no sentido de fechar as portas internas da Secretaria e do gabinete e porta de saída no final do expediente, lacrando o molho de chaves para entrega ao segurança do andar, mediante recibo. Tal medida é adotada, tendo em vista que a Subseção está instalada em um prédio comercial, misto, com 14 pavimentos;

· Recentemente, foi instalado circuito interno de câmeras, inclusive no balcão de Secretaria;

· As salas de perícias não são fechadas com divisórias até o teto, o que já foi alertado pelos peritos.

EQUIPAMENTOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

A) DE INFORMÁTICA:

Os computadores, as impressoras e máquina copiadora existentes atendem às necessidades em quantidade e qualidade. Eventualmente, ocorrem desconexões pelo fato de as instalações terem sido feitas em canaletas aparentes, as quais se soltam das paredes.

B) EM GERAL (INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFONES, APARELHOS DE FAX, DE AR CONDICIONADO, MICROONDAS, ETC):

As tomadas, instaladas em canaletas externas, não são totalmente fixadas, o que gera eventuais desligamentos de microcomputadores e monitores, bem como interrupção do acesso à rede de dados.

Telefones, máquinas copiadoras e aparelho de fac-símile funcionam a contento.

Os aparelhos de ar condicionado de janela (bastante ruidosos) mais antigos foram trocados por aparelhos novos, no ano de 2015, porém, foram retirados, por defeito. Os aparelhos novos da Marca ELGIN foram retirados e recolocados os aparelhos antigos, muitos deles em condições precárias.

C) MOBILIÁRIO:

O mobiliário padrão da Vara/JEF atende qualitativa e quantitativamente às necessidades. Possui uma padronização de modelo, cor e estado de conservação, propiciando conforto aos Magistrados e servidores. No caso de necessidade de conserto ou troca, basta abertura de chamado no sistema SIGA-SERVIÇOS, para atendimento.

D) LINK

O sistema Apolo tem apresentado lentidão e interrupções nos últimos 02 (dois) meses.”

Fonte: Questionário pré-correição (Ofício nº JFRJ-OFI-2016/03561).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

Metas de curto prazo (3 meses): Julgar todos os processos conclusos até 31/12/2015.

Metas de médio prazo (6 meses): Manter as conclusões respeitando-se os prazos de 180–60–30 dias, respectivamente, para prolação de sentenças, decisões e despachos;

Metas de longo prazo (1 ano): Manter as conclusões respeitando-se os prazos do item anterior e sentenciar processos que versem benefícios por incapacidade em no máximo 01 (um) mês de conclusão.

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777